

PROGRAMA POPULAR PARA A JUVENTUDE





04 APRESENTAÇÃO

06 CONTEXTO POLÍTICO

08 Desemprego

09 Exclusão Educacional

11 Extermínio da Juventude

13 da Política

15 PROJETO VIDA DIGNA PARA A JUVENTUDE

18 EIXOS DE ATUAÇÃO

19 Pesquisa

19 Trabalho

20 Educação

20 Cultura

21 Esporte

21 Saúde

22 Territórios Vida Digna para a Juventude

22 Financiamento



23 A JUVENTUDE QUER UM BRASIL PARA OS BRASILEIROS

25 PAZ E IGUALDADE

27 SAÚDE

30 BRASIL PARA AS BRASILEIRAS

32 COMUNICAÇÃO, TECNOLOGIA E MÍDIA

35 RESPEITO E DIVERSIDADE

37 CULTURA

39 ESPORTE

40 DIREITO DE SER JOVEM

41 DIREITO DE MORAR COM DIGNAMENTE

43 PARTICIPAÇÃO POPULAR

44 BRASIL PARA OS TRABALHADORES

46 MEIO AMBIENTE

49 POVOS TRADICIONAIS

51 EDUCAÇÃO

54 FINANCIAMENTO

APRESENTAÇÃO

Este documento é uma contribuição do Levante Popular da Juventude para a formulação de políticas públicas de juventude no momento em que as forças políticas progressistas elaboram o Programa de Governo a ser defendido pela candidatura Lula nas Eleições de Outubro deste ano. Compreendemos que a juventude será um segmento decisivo nestas eleições, tanto por sua densidade eleitoral, quanto por sua capacidade de influenciar politicamente as demais gerações. Esse documento atualiza o debate e acúmulo que o movimento desenvolveu durante a campanha presidencial em 2018. Apresentamos nossas propostas durante a Marcha Nacional Lula Livre em Brasília para Gleisi Hoffmann, presidente do PT e Haddad, na época como candidato a vice-presidente. De lá pra cá o governo Bolsonaro realizou um verdadeiro desmonte do Brasil e a luta por direitos da juventude se tornou mais urgente. Nesse sentido, nosso movimento avançou na combinação das formas de luta, na busca do fortalecimento do trabalho de base e no debate de seu programa e das propostas necessárias para a juventude.



Com base na equipe de trabalho da Executiva Nacional do Levante formamos uma equipe com mais de 20 jovens de 12 estados diferentes que sistematizaram nossas propostas e debatemos na Coordenação Nacional para finalizar esse documento que está disponível para toda nossa militância. Agora, estamos caminhando para nosso Encontro Nacional de Militantes, que irá juntar 1500 jovens entre os dias 16 e 19 de junho em Niterói no Rio de Janeiro. E até lá queremos que a juventude leia esse programa para trazer contribuições ao texto. Durante o encontro, abriremos mais uma vez

o debate para acolher contribuições. Ao final desse processo, queremos que esse programa seja o resultado de muitas mãos e que consiga representar os anseios e a diversidade da juventude brasileira.

Aqui apresentamos um projeto de política pública para a juventude que denominamos Vida Digna para Juventude. Uma proposta efetiva para contribuir com os maiores problemas da juventude brasileira: **a evasão escolar, o desemprego, a cultura de fascistização e o extermínio da juventude negra**. E depois as propostas que seguem, divididas em 15 eixos, apontam medidas urgentes e necessárias após os governos de Temer e Bolsonaro, mas também indicam um horizonte mais longo, apresentando nossas reflexões sobre o Brasil que a juventude quer.

Queremos que esse programa se torne uma ferramenta de organização e conscientização de jovens, mas também que se transforme em políticas efetivas para mudar a vida da juventude brasileira. Entendemos que este programa deverá ter a capacidade de convocar a juventude para derrotar o neofascismo, defender ativamente a candidatura Lula e um futuro governo popular. Mas para isso será preciso que o programa traduza para a juventude através de medidas concretas, o projeto de país que defendemos para o Brasil. Não é possível falarmos em um projeto de país soberano, democrático e popular, que não coloque no centro da sua agenda política a juventude do povo brasileiro.



CONTEXTO POLÍTICO

A eleição de 2022 será um marco na história do Brasil, e poderá ser o fiel da balança para definir o polo político que penderá a América Latina na próxima década. O resultado tende acentuar a execução de um programa ultra-liberal e o fortalecimento do neo-fascismo que já está em curso ou poderá inaugurar um novo ciclo progressista no país. Para nós, o principal objetivo das forças populares deve ser derrotar definitivamente o fascismo no país. Felizmente estamos com perspectivas positivas da vitória de Lula. Ao mesmo tempo, as ameaças democráticas de Bolsonaro são uma realidade e não temos como prever como será a reação a uma possível derrota no primeiro ou segundo turno. Nesse sentido, fortalecer uma vitória expressiva de Lula, se possível no primeiro turno, é um esforço na defesa da democracia.



Apesar de estarmos diante de um cenário de incertezas, podemos apontar que em caso de vitória de Lula, a disputa não se encerrará com a proclamação do resultado das urnas. A sustentação política de um governo progressista será testada permanente por uma direita fascista e vendida. A viabilidade política de nosso projeto, não se dará somente no terreno institucional, mas dependerá sobremaneira de força social. E também aponta a importância de fortalecer a campanha de deputados federais que vão fazer o combate necessário contra as forças conservadoras. Além disso, sabemos que os setores burgueses que apoiaram o golpe contra Dilma e o governo Bolsonaro não vão aceitar facilmente uma mudança na política econômica, mesmo com uma derrota eleitoral. Embora uma estabilidade política e econômica interesse aos setores burgueses, o capital internacional e financeiro seguirá empenhado em garantir uma política ultra neo-liberal mesmo com um mandato petista. E o desmonte realizado nos últimos anos, somada à forte crise econômica que passamos, apresenta um cenário mais desafiador para o avanço de um programa progressista.

Durante esses quatro anos de Governo Bolsonaro as contradições da sociedade brasileira se agravaram. Além disso, a Pandemia da Covid-19 aprofundou ainda mais as desigualdades sociais, dei-

xando milhares de brasileiros e brasileiras desempregadas e desempregados e passando fome. Portanto, é necessário pensar um programa que coloca uma retomada da economia com questões estruturais, que o Estado garanta condições de uma vida digna para a juventude trabalhadora, pobre, periferia, negra e lgbt, uma grande parcela da população que vem sofrendo muito com os retrocessos.

O programa executado a partir do Golpe de 2016 trouxe impactos negativos para a grande maioria da população brasileira. Praticamente todos os indicadores econômicos e sociais apontam para uma piora súbita nas condições de vida. Desde sua posse, o Governo Bolsonaro vem tentando "passar a boiada" e intensificar os ataques contra as florestas brasileiras e os povos indígenas, utilizando de mecanismos infralegais, como decretos, e o esvaziamento dos recursos destinados aos grupos de fiscalização do IBAMA, desligamento e\ou transferência de profissionais. Para aprofundar esse tema, veja nosso documento "**O Levante na defesa do meio ambiente contra o governo Bolsonaro**"



No campo e na cidade, são os segmentos mais vulneráveis da sociedade têm sofrido ainda mais com esta agenda política ultra-liberal, na perspectiva econômica, e ultra-conservadora, em termos morais. A juventude tem sido um destes segmentos que foram afetados violentamente com o desmonte do Estado, com as restrições democráticas e a retirada de direitos.

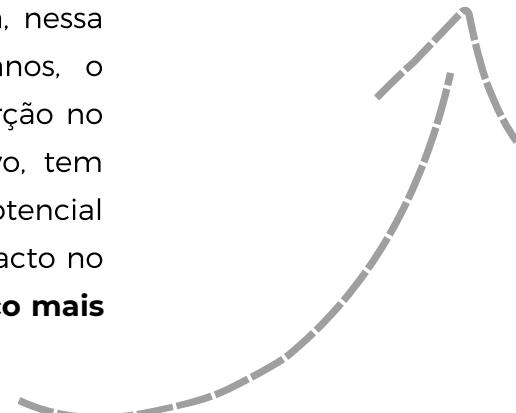
A piora nas condições de vida dos jovens pertencentes às frações de classe que vivem da renda do trabalho, está constituindo uma geração sem perspectiva. Uma geração frustrada nas suas aspirações de desenvolvimento individual, e cética quanto à possibilidade do nosso país oferecer as condições para sua realização pessoal. Os impactos do golpe na vida da juventude estão se dando em diferentes âmbitos. Contudo, identificamos 4 problemas estruturais que têm impactado diretamente a população jovem, agravados neste período pós-golpe:

1. Desemprego: aumento vertiginoso do desemprego e a falta de alternativas de sustentação econômica da juventude;
2. Exclusão educacional: diminuição do acesso e das condições de permanência dos jovens nas instituições de ensino médio, técnico e superior;
3. Extermínio da Juventude: o aumento dos índices de violência e de homicídios de jovens, em especial homens negros jovens, pobres e periféricos.
4. Fascistização da Política: disseminação de concepções políticas neofascistas e antidemocráticas.

DESEMPREGO

A crise econômica agravada pelas medidas do governo golpista que vão desde a redução dos gastos públicos, passando pelo desmonte dos instrumentos de indução econômica, chegando até a destruição de cadeias produtivas inteiras, produziu a maior taxa de desemprego da nossa história. Segundo os dados do IBGE de 2021, o país possui 14,7% da população economicamente ativa desempregada, isto significa 14,8 milhões de desempregados.

Ao aprofundarmos os dados sobre essa população desempregada, vamos identificar que os jovens foram o segmento mais afetado pela crise, principalmente aqueles que estão no começo de sua vida laboral. Entre os jovens de 14 à 17 anos 46% estão desempregados. Dobrou de 2014 pra cá, nessa época essa taxa chegava a 21,6%. Entre 18 e 24 anos, o desemprego chega a 31%. A falta de perspectiva de inserção no mercado de trabalho de um contingente tão expressivo, tem colocado a juventude numa situação crítica, e com potencial explosivo, caso não seja enfrentada com medidas de impacto no curto prazo. Se você quiser aprofundar leia em **"Um pouco mais sobre o debate do Trabalho na Juventude"**



No campo e na cidade, são os segmentos mais vulneráveis da sociedade têm sofrido ainda mais com esta agenda política ultra-liberal, na perspectiva econômica, e ultra-conservadora, em termos morais. A juventude tem sido um destes segmentos que foram afetados violentamente com o desmonte do Estado, com as restrições democráticas e a retirada de direitos.

A piora nas condições de vida dos jovens pertencentes às frações de classe que vivem da renda do trabalho, está constituindo uma geração sem perspectiva. Uma geração frustrada nas suas aspirações de desenvolvimento individual, e cética quanto à possibilidade do nosso país oferecer as condições para sua realização pessoal. Os impactos do golpe na vida da juventude estão se dando em diferentes âmbitos. Contudo, identificamos 4 problemas estruturais que têm impactado diretamente a população jovem, agravados neste período pós-golpe:

1. Desemprego: aumento vertiginoso do desemprego e a falta de alternativas de sustentação econômica da juventude;
2. Exclusão educacional: diminuição do acesso e das condições de permanência dos jovens nas instituições de ensino médio, técnico e superior;
3. Extermínio da Juventude: o aumento dos índices de violência e de homicídios de jovens, em especial homens negros jovens, pobres e periféricos.
4. Fascistização da Política: disseminação de concepções políticas neofascistas e antidemocráticas.

EXCLUSÃO EDUCACIONAL

A crise econômica que se abate sobre a maioria das famílias brasileiras, além de aumentar o desemprego, tem diminuído o acesso e a permanência dos jovens nas instituições de ensino. Diante da pauperização das famílias, os jovens que antes somente estudavam estão sendo impelidos a contribuir com a renda doméstica, em geral com trabalhos precarizados. Este fato contribui para a interrupção das trajetórias de escolarização destes jovens.

A aprovação do teto dos gastos que limitou o orçamento da educação, foi um fator determinante para o aumento da evasão escolar. O Orçamento do Ensino Superior que era de 13 bilhões em 2015 caiu para R\$ 4,1 bilhões em 2021. Essa realidade só piorou durante a pandemia, com o ensino remoto que ocorreu sem as adaptações necessárias, em um contexto de forte crise econômica. Além disso, estamos vivendo uma perseguição a liberdade e democracia nas escolas e universidades, em meio a precarização das universidades e do desmonte da política de ciência e tecnologia a evasão é uma consequência.



Nos últimos dois anos, chegamos ao maior número de evasão de alunos do ensino superior privado no Brasil. Em 2020 e 2021 esse índice chegou a 36,6% e 37,2%, respectivamente, segundo dados da SEMESP. Bem como, a taxa de evasão escolar no ensino básico, considerando os alunos entre 6 e 17 anos, quase dobrou nos últimos anos, foi de 2% em 2020 para 3,8% em 2021, segundo dados da Pnad Contínua.

Ao mesmo tempo que aumentou o abandono escolar, também se diminuiu a tentativa de entrada no ensino superior. Esse número começou a cair durante o governo Bolsonaro e chegou ao menor número registrado desde 2005 em 2021 com 3,1 milhões de inscritos. Para comparação, em 2014 esse número chegou a 8,7 milhões.

A maioria dos jovens abandona os estudos pois necessita trabalhar, e com a crise econômica atual essa realidade tende a se agravar. Segundo dados do Pnad em pesquisa realizada no segundo trimestre de 2019, a cada 10 jovens que não concluíram os estudos, quatro abandonaram as aulas para trabalhar. Entre todos os jovens brasileiros (entre 14 e 29 anos), 20,2% não concluíram o ensino básico. E 71,7% desses jovens são negros. O que os dados demonstram, é que a evasão escolar é consequência de uma estrutura desigual e racista de nossa sociedade. Portanto, ao mesmo tempo em que se fecham as portas do mercado de trabalho para os jovens brasileiros, fecham-se as portas das instituições de ensino, que nos governos petistas representaram uma perspectiva de futuro para esta geração. Diante deste cenário trágico, reforça-se a necessidade de uma intervenção política de caráter emergencial que recoloque um horizonte de transformação social na vida da juventude do povo brasileiro.



EXTERMINÍO DA JUVENTUDE

A explosividade desta crise social, em que estão imersos a maior parte da juventude brasileira, é complementada com um problema estrutural que nem mesmo os governos petistas conseguiram incidir: os altos índices de violência e homicídios entre a população jovem. Os dados referentes à violência refletem marcas do passado que não foram superadas nem mesmo nos governos petistas e reafirmam que a constituição da sociedade brasileira é pautada especialmente na violência cometida, deliberadamente, contra parcela específica da população brasileira: nesse caso em desfavor à população negra. Os índices de violência no Brasil são gigantescos, superiores aos de países em guerra. O processo de extermínio não pode ser dissociado da nossa formação social e do papel de controle exercido através da aniquilação das vidas de pessoas negras. Extermínio aqui, não trata-se somente da possibilidade de executar, mas de exterminar outras possibilidades de existência. Considerando que os índices de homicídios começam em 12 anos de idade. Trata-se de parte do projeto de fundação do país, interditar e impedir a vida em plenitude da população negra, seja numa perspectiva individual (enquanto sujeitos), seja numa perspectiva coletiva enquanto território, comunidades, etc.



Segundo dados do Atlas da Violência 2021, em 2019 ocorreram 45.503 homicídios no Brasil e que entre 2009 e 2019 para pessoas negras o número absoluto de mortes violentas subiu 1,6%, ao contrário do que ocorreu com o restante da população que teve uma queda de 33% nessa taxa. Ou seja, no Brasil a chance de uma pessoa negra ser assassinada é quase três vezes superior à de uma pessoa não negra. A taxa de homicídios para cada 100 mil habitantes não negros é 11,2 enquanto para negros é 29,2. Trata-se de um número assustador e bastante concentrado o que já reduz a expectativa de vida de homens negros em função das taxas de homicídio no seu segmento mais jovem.

Tais dados fundamentam a tese de que há uma política de extermínio da juventude negra no Brasil. Os índices de letalidade policial comprovam a participação do Estado nesta política de extermínio. No ano de 2017 as polícias executaram 5.012 pessoas, 18,7% a mais que em 2016. Isto significa que as mortes decorrentes de intervenções policiais já são consideradas a segunda principal causa de assassinatos no Brasil. No estado de São Paulo, um em cada 5 assassinatos foi cometido por policiais. Este quadro está se agravando com a política de segurança do Governo Bolsonarista, cujo principal símbolo é o uso indiscriminado das forças armadas na ocupação de comunidades periféricas e, espaços institucionais, através da facilitação ao porte de armas e seu uso indiscriminado e o fortalecimento de discursos racistas e discriminatórios que reforcem a lógica do inimigo interno materializado nos jovens negros, pobres e periféricos.

Tais ações da lógica de extermínio estão fundadas e alicerçadas na famigerada guerra às drogas, que através do mercado internacional do tráfico de drogas, legitima e incentiva ações desproporcionais e de alta letalidade em inúmeros territórios, fortalecendo uma política de insegurança pública generalizada que empilhe corpos e amplie e aprofunde a violência.

Assim, o combate à violência e ao extermínio da juventude deve ser um compromisso do prioritário do futuro governo, dada a dramaticidade e a complexidade deste problema. A política de segurança deve ser capaz de escapar das alternativas populistas, que só agravam o problema, mas ao mesmo tempo deve apontar medidas concretas que interrompam a curva ascendente da violência urbana.



FACISTIZAÇÃO DA POLÍTICA

No curso do processo que levou ao Golpe de 2016, houve um crescimento assombroso na sociedade brasileira de manifestações neo-fascistas, e de desprezo pelos valores democráticos. Evidentemente que as forças conservadoras historicamente no Brasil nunca tiveram um apreço pela democracia. Contudo, no processo de polarização política recente, emergiu no polo conservador, setores abertamente neo-fascistas. Compreendemos que o perigo do neo-fascismo está em sua política antidemocrática atrelada a mobilização de seus apoiadores com organização de grupos pautados no ódio e violência. A fascistização da política defende a violência, não possuem um projeto de desenvolvimento nacional e promovem a opressão com valores racistas, xenofóbicos, machistas, lgbtfóbicos, classistas. No Brasil o processo de fascistização está atrelado ao fortalecimento de milícias e também possui um vínculo com setores neopentecostais.

Podemos identificar esse processo de fascistização da sociedade brasileira em diversos âmbitos. A intensificação do discurso de ódio nas redes sociais é a expressão mais óbvia. Contudo, há consequências muito mais graves que podemos caracterizar como expressões do neofascismo: o crescimento da violência contra LGBTs, a perseguição sistemática contra as religiões de matriz Afro-indígena, o crescimento de casos de “justiçamento”, de feminicídios e de linchamento de jovens negros, entre outras manifestações. Saiba mais sobre **“O Levante e a Luta Feminsita na atual conjuntura”** no qrcode abaixo.



Outra evidência desse processo de fascistização é o crescimento de casos de intolerância e perseguição política, em especial na perseguição a artistas com ameaças e medidas burocráticas e financeiras que agem como censura, um exemplo foram os filmes Marighella e Medida Provisória. Também observamos em atos de violência contra militantes políticos, como vimos no assassinato de Marielle Franco, nos tiros direcionados à caravana Lula, e à Vigília Lula Livre. Todos estes casos, apesar de ampla visibilidade, permanecem impunes. E as perseguições à políticos negros segue, impedindo que a livre participação democrática. Esta impunidade tem provocado uma onda de assassinato e perseguições à militantes sociais, em especial em conflitos fundiários.

O Golpe de 2016 de alguma forma deu vazão a estas manifestações fascistas, que embora já existissem em nossa sociedade, agora se apresentam desavergonhadamente na esfera pública. E com a eleição de Bolsonaro cresceram ainda mais, com forte apoio da polícia, das milícias e com o compromisso político que o presidente apresenta da impunidade. Cabe ressaltar a responsabilidade da mídia nesse processo de fascistização, que além de promover as lideranças e as organizações populares à condição de inimigos públicos, atuou de modo cúmplice com setores declaradamente antidemocráticos para viabilizar o Impeachment.

Tanto o Golpe de 1964, quanto o de 2016 são demonstrações do caráter antidemocrático da estrutura política brasileira. O governo Bolsonaro, embora eleito oficialmente, fragilizou ainda mais a democracia com ameaças golpistas, fake news, deslegitimação das eleições, articulação com setores militares, desestabilização do sistema judiciário e da compra explícita do congresso com emendas parlamentares. O processo de restauração democrática que um futuro governo popular deverá promover necessita levar em consideração um conjunto de reformas institucionais. Mas, além disso, será preciso medidas para combater concepções políticas neo-fascistas e antidemocráticas que atualmente estão disseminadas na sociedade, através de iniciativas de educação política, em torno de valores democráticos e do respeito aos direitos humanos.



PROJETO
VIDA DIGNA
PARA A
JUVENTUDE



Elaboramos uma proposta de política pública para combater os maiores problemas na vida do jovem: desemprego, evasão escolar, o extermínio da juventude negra e o fortalecimento de uma cultura fascista e anti democrática. Esse projeto visa contribuir com a garantia que a juventude tenha o Direito ao trabalho e renda; o Direito à Educação; o Direito à Vida; e uma Cultura democrática e igualitária.

Obviamente que a solução desses problemas e demais dilemas que os jovens passam não será fruto de apenas uma política pública. Por esse motivo, também elaboramos algumas propostas que apresentaremos no próximo tópico.

O projeto Vida Digna para a Juventude tem por objetivo reduzir o desemprego, elevar a renda, diminuir a evasão escolar, aumentar a escolaridade, diminuir os índices de homicídios e de encarceramento da juventude brasileira, e por fim difundir a democracia como concepção política. A nossa proposta é investir nos jovens, apresentando as condições necessárias para que eles desenvolvam projetos em suas comunidades promovendo conhecimento, saúde e uma cultura democrática.

Esse projeto se baseia em três pilares: que o jovem deve ser o protagonista de sua história e da transformação de sua comunidade; que é necessário investir na coletividade, criando grupos que trabalhem juntos por um objetivo comum; e que é papel do Estado brasileiro dar as condições necessárias para que nossos jovens voem! O caminho para a vida digna dos jovens brasileiros é o investimento, a coletividade e protagonismo juvenil.

A juventude tem muito potencial e interesse em contribuir e agir em seu meio, porém faltam os meios para os jovens pobres nas periferias. Nesse sentido, como contrapartida de uma bolsa, esses jovens devem, coletivamente, realizar projetos em seu território. É importante também considerar o papel do coletivo, partilhando responsabilidades e construindo um compromisso com aqueles que estão na mesma situação, os projetos possuem uma maior potencialidade de sucesso.

Na medida em que as políticas públicas que incidem sobre a juventude são operadas por vários Ministérios entendemos que é fundamental articular todas as políticas que visam os objetivos acima expostos em torno de um eixo articulador. Estamos propondo a formulação de um programa guarda-chuva, que seja o centro da política de juventude do governo, mas que seja executado de forma interministerial.

O Projeto Vida Digna para juventude é dividido em seis eixos: Pesquisa, Trabalho, Educação, Cultura, Esporte e Saúde. Os jovens de cada território devem formar um coletivo e realizar uma inscrição para participar do Programa Vida Digna para Juventude e apresentar uma proposta de ação em algum dos eixos. Eles vão receber uma bolsa, participar de formações e ter acesso às estruturas necessárias para desenvolver o projeto. Cada projeto deve estar articulado a um espaço público ou cedido como Escolas, Postos de Saúde, Associação de Moradores, Praças. Em contrapartida, devem apresentar frequência na escola, se ainda não tiverem terminado o ensino médio. E apresentar relatórios mensais.

O projeto Vida Digna para Juventude irá beneficiar apenas jovens (14 - 29 anos) desempregados e moradores de regiões periféricas (em municípios rurais ou urbanos), com índice alto de vulnerabilidade social e que estudam ou concluíram seus estudos em escolas públicas (todo jovem do projeto deve estar matriculado no ensino básico ou já ter concluído). A seleção dos projetos irá priorizar pessoas negras e negros, mulheres, LGBTs e PCAs.

Nossa proposta é criar uma plataforma nacional online onde será o espaço para inscrição, acompanhamento e apresentação de resultados. Fórum de debate entre os participantes e uma possibilidade de consulta e acesso direto entre os coordenadores regionais e os participantes. Além disso, essa plataforma nacional deverá servir para apresentar informações e pesquisas importantes para a vida digna da juventude.

O Vida Digna para Juventude pretende criar uma rede que deve existir tanto em sua plataforma digital, em encontros regionais e nacionais e também através dos coordenadores regionais. A cada 50 grupos inscritos em uma região um coordenador deve acompanhar e avaliar a dinâmica do projeto.



EIXOS DE ATUAÇÃO

VIDA DIGNA

PRA

JUVENTUDE

PESQUISA

O Vida Digna para a Juventude irá ceder bolsas para jovens pesquisadores, incentivando a participação de sujeitos que possuem o acesso à produção científica historicamente negados. Cada grupo com jovens pesquisadores deverá inscrever um orientador com formação adequada e estar atrelado a um espaço físico do território.

Haverá disponibilização de bolsas para os jovens pesquisadores e para o orientador, assim como diárias para participação em Congressos Científicos, Fóruns Nacionais de Debates entre os Jovens Pesquisadores. Haverá a categoria ensino médio e a de ensino superior.

As pesquisas podem estar relacionadas às diversas áreas do conhecimento, mas as prioridades serão em pesquisas interdisciplinares. Todas as pesquisas devem se relacionar ao território dos jovens.



TRABALHO

Cada grupo de jovens inscrito nesse eixo deverá apresentar uma proposta de Cooperativa organizada por jovens urbanos e rurais que tenham alguma finalidade produtiva ou de prestação de serviços. A proposta selecionada receberá um investimento inicial com bolsas para os jovens, recursos para capacitação técnica do grupo (estudo de viabilidade econômica, marketing, normas da vigilância sanitária) e também um recurso com materiais necessários para iniciar a Cooperativa. Além disso, o governo deverá avançar também na comercialização desses produtos abrindo espaços para a sua venda.



EDUCAÇÃO

Os jovens que apresentarem uma proposta para o eixo de Educação devem estruturar e organizar turmas de cursinhos nos territórios para contribuir com a permanência dos estudantes no ensino básico e com a entrada no ensino superior. Os jovens inscritos no Programa Vida Digna vão receber a bolsa do projeto, além de uma formação em Educação Popular, com base na pedagogia de Paulo Freire. Além disso, será distribuído o material didático, recursos para alimentação e transporte dos alunos do curtinhos, e garantia de articulação com Escolas e Universidades, que disponibilizem a estrutura necessária.

CULTURA

Os jovens inscritos no eixo cultura devem apresentar uma proposta de estruturação e vivência em espaços e ferramentas culturais nos territórios. Que podem estar atrelados a Escolas, Praças ou espaços abandonados ou públicos do estado. Nesse sentido, os jovens que se inscreverem no Eixo devem organizar a promoção e produção cultural em um sentido mais contínuo nos territórios.

Além disso, devem prever a troca com outros territórios com a organização de Caravanas Culturais Vida Digna para Juventude e a apresentação do resultado das iniciativas com a organização de Festivais Culturais.



ESPORTE

O Coletivo Vida Digna para Juventude no eixo do Esporte deve apresentar um projeto para Revitalização e Referenciamento das praças como polo aglutinador de jovens (resgatamos aqui a iniciativa do Governo do Estado do Ceará em transformar um antigo IPPO numa praça, a Praça Dom Aluísio Lorscheider) e apresentar uma proposta de programação e eventos considerando a regionalidade e a história local para incentivar uma ampla prática esportiva, compreendendo que este também cumpre um papel cultural; Os jovens vão receber a bolsa e também as estruturas e recursos necessários para desenvolver a proposta apresentada. O eixo Esporte do Vida Digna para Juventude deverá articular campeonatos regionais e nacionais.

SAÚDE

Os jovens inscritos nesse eixo devem apresentar uma proposta de ações de conscientização e promoção da saúde atrelado às UBS e ao Programa Saúde na Escola. As ações devem envolver temas diretamente ligados à vida da juventude, em especial o cuidado com a saúde sexual e reprodutiva e o cuidado com a saúde mental. Caberá ao programa articular nos territórios os profissionais demandados do SUS para constituir a rede de acolhimento e conscientização e aos jovens a bolsa vida digna para juventude.



TERRITÓRIOS VIDA DIGNA PARA A JUVENTUDE

Com o desenvolvimento dos grupos de Vida Digna para a Juventude nos Territórios, serão desenvolvidos os Territórios Vida Digna que casem as iniciativas e contribuam com o desenvolvimento e continuidade do trabalho. Dessa forma, garantindo espaços permanentes como a Casa da Juventude, a construção das Praças da Juventude e Centros esportivos para a Juventude.



FINANCIAMENTO

Orçamento Participativo da Juventude: implementação do Orçamento Participativo nos territórios Vida Digna da juventude. Cada Território deverá desenvolver um processo de mobilização da juventude local para definir as prioridades de investimento naquele Território. Estas Assembleias deverão definir a composição dos Conselhos locais de Juventude.

Regulamentar o Fundo Nacional de Juventude, provendo fontes de recursos específicas para esse fim. Propomos a destinação de taxas cobradas na venda de cigarros ou bebidas alcoólicas para o Fundo Nacional de Juventude.

A JUVENTUDE QUER
UM BRASIL
PARA OS
BRASILEIROS

NOSSAS PROPOSTAS



Carolina Maria de Jesus escreveu certa vez que sonhava com um Brasil para os Brasileiros. Mas o que significa isso? Para nós, jovens, significa a construção de um país que se importe com seu povo, que priorize em sua política a construção de uma nação justa e igualitária. Que a política esteja a serviço do povo e de fato, represente os anseios populares. Uma nação com um projeto de desenvolvimento e uma política econômica que busque a soberania e a distribuição de renda. Um país que é produzido por seu povo. Queremos que os brasileiros se reconheçam naquilo que eles constroem cotidianamente: a história, a riqueza e a cultura do Brasil.

Nessa conjuntura, observamos que os símbolos nacionais estão sendo distorcidos e representando um projeto de ódio e desigualdade. Afirmar a defesa do Brasil para os brasileiros, é afirmar que acreditamos nesse país e seguiremos lutando por ele.

Anteriormente apresentamos o Projeto Vida Digna para a Juventude, a proposta de uma política pública para melhorar a vida de nossos jovens. Porém, os últimos anos foram de fortes ataques aos direitos de todos os Brasileiros. Nossa pátria foi sequestrada! Após um impeachment ilegal e ilegítimo vivenciamos a continuidade do golpe com a eleição de Bolsonaro, que ocorreu promovida por Fake News e pela injusta prisão de Lula.

Agora temos que reconstruir nosso país, será uma tarefa difícil. E sabemos que não aplicaremos todas nossas propostas facilmente. Mas com o compromisso de representantes políticos que iremos eleger e com organização e pressão popular nós podemos e iremos retomar nossos direitos e avançar no que é necessário e não conquistamos ainda.

Por isso, seguem propostas que elencamos dialogam com a realidade da juventude. Algumas mais emergenciais e outras mais estruturais. Que devem servir para o diálogo com representantes políticos e também com a juventude que precisa estar organizada para a batalha, que não acabará nas urnas! A defesa da democracia e de um país justo, soberano e igualitário será obra de muita luta. Essas propostas são uma ferramenta para a construção de um Brasil para os Brasileiros.

A JUVENTUDE QUER UM BRASIL COM PAZ E IGUALDADE

Política Nacional sobre Drogas: Garantir ao/à jovem usuário/a de drogas o direito ao tratamento, recuperação, oferta de moradia e emprego, sem que o mesmo seja criminalizado ou tratado como caso de polícia. Para isso é preciso a ampliação dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e ampliação das equipes dos Consultórios na Rua. Nacionalização do Programa de Braços Abertos (Programa criado na Prefeitura Haddad voltado a redução de danos existente no município de São Paulo). Para, além disso, é necessário fomento à pesquisa na área da Redução de Danos, além de oficinas e capacitações com a juventude nas escolas e nos territórios.

Desriminalização, legalização e regulamentação: o governo deverá se comprometer com a ampliação do debate na sociedade sobre a desriminalização do consumo de drogas e a regulamentação do comércio de drogas.

Controle de Armas: O governo Bolsonaro tem estimulado o armamento da população, uma política perigosa tanto pela relação com um projeto neofascismo de perseguição, violência e ódio. Mas também observando o aumento da violência gerada pela ampliação da circulação de armas na sociedade. Até 2021, Bolsonaro protocolou mais de 30 normas para facilitar o acesso às armas de fogo, contrariando o Estatuto do Desarmamento. Com isso, em um ano se ampliou como nunca a compra de armas, chegando a 320 mil novas armas registradas na PF entre 2019 e 2020.

Nesse sentido, apontamos a necessidade da construção de uma política de controle de armas no país, retomando o pacto do Desarmamento e com destaque para revisão legislativa com foco no maior controle da produção, comercialização, importação e fiscalização das fronteiras.

Desencarceramento: construção de uma proposta legislativa de reforma Redutora do Código Penal com vistas ao restabelecimento das garantias processuais e na redução de tipos penais esdrúxulos e/ou altamente seletivos.

UM BRASIL SEM O EXTERMÍNIO DA JUVENTUDE NEGRA E COM SEGURANÇA PÚBLICA PARA O BRASILEIROS



Violência policial: extinção dos autos de resistência com base no Projeto de Lei 4471/12. Construção de um plano emergência de combate à violência policial e a letalidade policial. Tendo em vista, inclusive políticas de prevenção de mortes de policiais etc.

Ouvidoria Nacional de Segurança Pública: Implementação de uma Ouvidoria Nacional de Segurança Pública para a investigação de denúncias sobre a atuação policial, criando condições mais favoráveis para a notificações da violência policial e a punição dos responsáveis. O repasse de recursos federais para as secretarias estaduais de segurança pública estaria condicionado ao cumprimento das resoluções da Ouvidoria Nacional.

Reforma das Polícias: construção de uma proposta de reforma das polícias com base na PEC 51 incluindo no debate o fortalecimento de uma matriz nacional de formação de profissionais de segurança pública na perspectiva da construção de um grande Centro Nacional de Formação de Profissionais de Segurança voltada justamente pra um exercício pautado no planejamento estratégico, na prática cidadã e no uso comedido da ostensividade.

Produção de dados sobre Segurança: criação de um instituto independente de dados em segurança, uma espécie de IPEA da segurança pública, com carreira própria e com autonomia na produção de indicadores e mandato para presidente para evitar descontinuidades na produção de estatística.

Pacto Nacional: construção de um pacto nacional da segurança pública envolvendo o Judiciário e MP com foco em grandes metas: I - aumento da elucidação dos homicídios; II- redução da população carcerária com foco na redução do número de presos provisórios; III - combate à tortura no sistema prisional e socioeducativo.



Sistema Socioeducativo: cumprimento do ECA na perspectiva de assegurar que jovens e adolescentes possam cumprir as medidas socioeducativas de maneira adequada, com garantia da sua escolarização e profissionalização para o mundo do trabalho. Além disso, o próprio compromisso com a criação de medidas para assegurar a "Liberdade Assistida e Prestação de Serviços Comunitários".

Forças Armadas e Força Nacional: revisão do Marco legal do uso da Força Nacional de Segurança e das Forças Armadas na segurança pública.

Conceber e implementar uma **política nacional de redução de homicídios**, com especial atenção para a violência contra negros, mulheres, jovens e população LGBT, provendo a **destinação de recursos adicionais para fortalecimento das ações preventivas** nos 130 municípios que concentram mais da metade das mortes violentas verificadas no país;

A JUVENTUDE QUER UM BRASIL COM SAÚDE PARA OS BRASILEIROS

Direitos Sexuais e reprodutivos para jovens: 1) Campanha de prevenção à ISTs e gravidez na adolescência: produzir campanhas nas mídias e escolas sobre relação sexual e saúde, direitos reprodutivos, com fim de prevenção às Infecções Sexualmente Transmissíveis, gravidez indesejada na adolescência e o combate à violência sexual contra crianças. E a ampliação da oferta na rede pública de preservativos e lubrificantes, pílula do dia seguinte, PREP e PEP; 2) Informações e atendimentos ginecológico e obstétrico sem violência voltados para as mulheres LBTs. O SUS deverá assegurar em toda sua rede o atendimento das mulheres que optarem por interromper a gestação nos casos já previstos em lei. Atendimento humanizado às mulheres que recorrerem ao SUS em suspeita de aborto clandestino. 3) Política de parto humanizado nos hospitais do SUS para o fim da violência obstétrica com formação técnica e profissional de Doulas. 4) O SUS deverá assegurar em toda sua rede a hormonização segura para pessoas Trans.



Política Nacional de Atenção Básica: Incentivar a expansão das Equipes da Estratégia da Saúde da Família com a presença de ACS por território, isso propicia uma oferta da saúde mais próxima da população, além de gerar emprego para as pessoas que moram nas comunidades. A Atenção Básica também é responsável por realizar uma oferta de saúde que vise a prevenção e promoção da saúde, portanto é importante destacar o incentivo a formação de grupos de adolescentes nos territórios e a promoção de saúde nas escolas através do Programa Saúde na Escola, com temas diretamente ligados à vida da juventude.

Merenda Escolar: fortalecimento do programa de Merenda Escolar, para oferecer alimentação orgânica e saudável para os estudantes.

Saúde Mental: Revogação dos ataques feitos à Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), fortalecendo os Centros de Atenção Psicossocial em todos os níveis, assim como mudança nas estruturas existentes pautada pela Reforma Psiquiátrica e Luta Antimanicomial, além do estabelecimento de atendimento psicossocial em Escolas Públicas e Unidades Básicas de Saúde, com presença de psicólogos, estabelecimento de parcerias com cursos de psicologia dos Institutos de Ensino Superior. Bem como avançar na interiorização dessa rede de atendimento, considerando as comunidades rurais, quilombolas, ribeirinhas, entre outras que necessitam desse acesso de forma contextualizada com sua realidade.

Ver-SUS: Retomada do programa VER-SUS, voltado para promover vivências dos estudantes de graduação na área de saúde no Sistema Único de Saúde. Realizando a integração com turmas de residência multiprofissional e médica.

O SUS E O POVO SALVAM VIDAS



ELE
NÃO.

A JUVENTUDE QUER UM BRASIL PARA AS BRASILEIRAS



Retorno da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) como Ministério para continuação da construção de políticas públicas para melhoria da vida de todas brasileiras que foram interrompidas desde o governo Temer.

Retorno da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) visando a promoção de igualdade e proteção de grupos raciais e étnicos, com ênfase na construção de políticas públicas voltadas à população negra.

Programa “Mulher, Viver sem Violência”: retomar o programa lançado em 2013 com o de objetivo de integrar e ampliar os serviços públicos existentes voltados às mulheres em situação de violência, mediante a articulação dos atendimentos especializados no âmbito da saúde, da justiça, da segurança pública, da rede socioassistencial e da promoção da autonomia financeira. Para isso: 1) a concretização da implementação da Casa da Mulher Brasileira; 2) Ampliação da Central de Atendimento à Mulher - 180; 3) Organização e humanização do atendimento às vítimas de violência sexual; 4) Implantação e Manutenção dos Centro de Atendimento às mulheres nas regiões de fronteira seca; 5) Campanhas continuadas de conscientização; 6) Unidades Móveis para atendimento à mulher em situação de violência no campo e na floresta. 6) Capacitar o SUS para garantir um acompanhamento adequado das mulheres vítimas de violência com uma rede de profissionais da área da saúde, assistência social e psicologia.



Ofertar educação obrigatória para crianças menores de 3 anos de idade para que as mulheres mães tenham condições de trabalhar e estudar. Ampliação de restaurantes populares e criação de lavanderias populares como políticas públicas que visam apartar as desigualdades de tempo que as mulheres desempenham nessas atividades.

Avançar no debate com a sociedade para apresentar a questão da legalização do aborto como uma questão de saúde pública. No Brasil, o aborto é legalizado em 3 situações: Se a gravidez é decorrente de estupro; se a gravidez representar risco de vida à mulher; Se for caso de anencefalia fetal (não formação do cérebro do feto); Qualquer hospital que ofereça serviços de ginecologia e obstetrícia deve ter equipamento adequado e equipe treinada para realizar aborto legal. Entretanto, muitos serviços ainda se recusam a realizar. Além disso, o governo Bolsonaro junto com as forças conservadoras do Congresso Nacional, estão atacando os serviços de saúde com a intenção de impedir o acesso das mulheres ao aborto seguro, mesmo em casos garantidos pela lei. A Portaria nº 2.282/2020, do Ministério da Saúde, destrói a perspectiva humanitária dos serviços de atenção às vítimas de violência sexual, tornando o acesso ao direito ao aborto em caso de estupro ainda mais difícil para as mulheres. Toda gestante que interrompe a gravidez tem direitos e garantias fundamentais; o cuidado médico de forma humanizada, assim como o serviços de planejamento reprodutivo pós-abortamento e a integração com outros serviços de atenção à saúde e de inclusão social. A desriminalização e legalização do aborto é uma questão de saúde no estado democrático, é necessário garantir a autonomia e a saúde das mulheres brasileiras, e o Brasil à exemplo de diversos países no mundo necessita avançar nesse direito.

A JUVENTUDE QUER COMUNICAÇÃO, TECNOLOGIA E MÍDIA PARA OS BRASILEIROS



Democratização dos meios de comunicação e regulamentar os artigos da Constituição Brasileira relacionados à Comunicação, incluindo medidas para limitar a concentração em redes e para estabelecer a complementaridade dos sistemas públicos, privado e estatal. Para tal, desenvolver e enviar ao Legislativo um **Projeto de Lei de Mídia Democrática**, que conste como objetivos:

- I - Enfrentar a concentração midiática, acabando com o processo de renovação automática de concessões, proibindo a propriedade cruzada de veículos de comunicação, limitando a concentração de verbas publicitárias e ampliando o acesso para o sistema público e comunitário. O PL deve reservar 33% do sistema nacional de comunicação para esfera pública e metade deste número seja utilizada de forma comunitária, que contaria com pelo menos 25% de um fundo de financiamento para garantir seu sustento;
- II - Regulamentar ações de combate às Fake News e à manipulação das informações por emissoras de TVs, rádios, jornais, revistas e plataformas de tecnologias da informação. Da mesma forma, coibir manifestações discriminatórias e preconceituosas de todas as naturezas que possam induzir à violência contra qualquer ser humano;
- III - Desburocratização para a formalização de rádios e TVs comunitárias; e aplicação de 30% dos gastos publicitários dos governos em mídias populares e comunitárias;
- IV - Garantir a diversidade e pluralidade de conteúdo também nas redes. Incluindo mecanismos que evitem a concentração de conteúdo hoje constatada em plataformas como Google e Facebook - e fortalecer a participação popular na governança da Internet brasileira, por meio da estabilidade institucional do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br).
- V - Proteger crianças e adolescentes, adotando a classificação etária indicativa também nos conteúdos online e regulamentando a publicidade direcionada a estes públicos;
- VI - Determinar que o Fundo Setorial do Audiovisual (FSA) de ser usado para estimular a universalização do acesso ao conteúdo audiovisual nacional e a diversidade temática, estética, de gênero, étnica, e regional na produção, privilegiando pequenos produtores;
- VII - Instituir um Conselho Nacional de Comunicações, com participação de representantes eleitos da sociedade civil, dotado de poderes políticos e regulatórios para formular e, uma vez adotadas pelos poderes Executivo ou Legislativo, fazer executar ou fiscalizar, políticas de comunicações, incluindo as camadas de conteúdo, a internet e as telecomunicações.



Garantir a plena implementação da **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais** através da criação de uma Autoridade de Proteção de Dados independente do governo, gerida com participação social e dotada de mecanismos capazes de garantir o efetivo cumprimento da lei pelos poderes públicos;

Construção de uma **Política de Universalização da Banda Larga**, com medidas de expansão das redes de transporte em fibra óptica e em rádio para mais municípios; ampliação da cobertura de áreas rurais com banda larga móvel; aumento da abrangência de redes de acesso baseadas em fibra óptica nas áreas urbanas e atendimento de órgãos públicos, com prioridade para os serviços de educação e de saúde.

Fomento das iniciativas de **Comunicação Popular e Comunitárias protagonizadas por jovens** através da abertura de editais destinados a movimentos populares e coletivos de comunicação. Da mesma forma, incentivo à construção de políticas de comunicação local e comunitária em equipamentos públicos, como escolas e centros culturais; buscar a inclusão de disciplinas de educomunicação e educação para a mídia nas escolas.

A JUVENTUDE QUER UM BRASIL COM RESPEITO E DIVERSIDADE

Uso do nome social e possibilidade de declaração da identidade de gênero e orientação sexual nas instituições oficiais, em todo sistema de registro governamental nas três instâncias da União. Bem com alterar os campos “identidade de gênero” e “orientação sexual”, de forma a adicionar o nome social, bem como intersexo no campo “sexo”.

Construção de Conselhos estaduais LGBTI que construam **Plano Estadual Decenal de enfrentamento a LGBTIfobia**, com orçamento próprio. E coordenando a interiorização das políticas públicas para a população LGBTI

Construção de **Centros de Promoção e Defesa dos Direitos LGBTI**, com estrutura multidisciplinar que consiga atender as demandas dos direitos sociais. Implementação de um sistema de incentivo fiscal aos estados, municípios e distrito federal que adotarem Centros de Promoção e Defesa dos Direitos LGBTI.

Criação de **rede especializada na saúde LGBTI**, em especial criação dos ambulatórios especializados para processo transsexualizador, bem como serviços para saúde LGBTI. E reforçar o serviço Tratamento fora do Domicílio para atender a população dos interiores.



Construção de um **Procedimento Operacional Padrão no atendimento especializado de vítimas LGBTI**, bem com varas judiciais especializadas na matéria de crimes de ódio contra LGBTI. Além disso, inserir nos Boletins de Ocorrência, informação autodeclarada de identidade de gênero e orientação sexual.

Formação para todos os profissionais de segurança pública com a temática de Direitos Humanos e Cidadania LGBTI em seu programa de formação inicial.

Federalização do Programa Transcidadania, iniciativa do Governo de São Paulo, que proporciona auxílio financeiro às pessoas transexuais e travestis, construindo uma política de educação e empregabilidade.

Promoção de **reserva de vagas para travestis e transexuais** no ensino superior e no técnico, bem como nos concursos públicos e a formulação de um programa federal que mire reduzir a evasão escolar de pessoas LGBTI, em especial travestis e transsexuais.

Exigência no Plano Plurianual, com orçamento específico para garantir e subsidiar para cidadania LGBTI, com uma **Política de Promoção de Defesa da População LGBTI**.



A JUVENTUDE QUER UM BRASIL COM A CULTURA DOS BRASILEIROS

Retorno do Ministério da Cultura e a retomada das políticas públicas de cultura que foram desmontadas durante os governos Temer e Bolsonaro. Nesse sentido, é necessário refazer o Plano Nacional da Cultura e regulamentar o Sistema Nacional de Cultura.

Retomada do Cultura Viva: Fortalecer e expandir os Pontos de Cultura através da retomada do Programa Cultura Viva. O programa deverá desenvolver o eixo específico voltado para desenvolver projetos protagonizados por jovens. Além disso, deverá estar articulado com os territórios do Programa Vida Digna para a Juventude. Desenvolver medidas de desburocratização e o investimento em projetos que desenvolvam planejamentos de médio e longo prazo, apontando a continuidade do investimento mediante avaliação.

Centros Nacionais de Memória Cultura Democrática: É necessário que o governo federal busque medidas de incentivo à reconstrução da memória do povo Brasileiro. Para isso, propomos a criação de dois grandes memoriais que devem funcionar como museus e centros promotores culturais e científicos. O primeiro para contar sobre a luta por liberdade no Brasil, trazendo a história da luta contra a escravidão e colonização, o segundo sobre a construção da luta pela Democracia no país, tratando da resistência aos golpes de 1964 e de 2016. Esses dois grandes pólos nacionais devem estar em grandes metrópoles, mas devem contribuir e estimular o financiamento de iniciativas culturais que recuperem a memória das experiências de resistência e afirmam os valores democráticos e de igualdade por todo o Brasil.



Destinação de percentual específico para o **Fomento à produção cultural da juventude** em editais e programas de estados e municípios brasileiros, considerando as desigualdades e as particularidades culturais regionais, além da observação das dinâmicas periféricas.

Ampliação da Lei do **“Meio Passe Estudantil”** em todo território nacional e proposta de implementação da **“Tarifa Zero Jovem”** para jovens inscritos no CAD simples terem uma cota de ingressos em eventos culturais.

Desenvolvimento de uma regulamentação que reutilize imóveis ociosos do espaço urbano como forma de atender à demanda de cultura, arte, esporte e lazer para a juventude. Especialmente em locais onde essa demanda não está garantida a população, nas periferias ou nas áreas rurais. Festival Cultural das Periferias: política de fomento da produção da cultura periférica, através de um festival nacional que possa ser um espaço de exibição, difusão e comercialização da produção econômica e cultural das periferias. Na perspectiva de estimular a produção artística da juventude, o festival contará com etapas locais, municipais, estaduais e uma etapa nacional. Atrelado aos territórios Vida Digna para Juventude



Festival Cultural das Periferias: política de fomento da produção da cultura periférica, através de um festival nacional que possa ser um espaço de exibição, difusão e comercialização da produção econômica e cultural das periferias. Na perspectiva de estimular a produção artística da juventude, o festival contará com etapas locais, municipais, estaduais e uma etapa nacional. Atrelado aos territórios Vida Digna para Juventude

Caravana Cultural da Juventude: tem por objetivo fomentar a produção artística e a organização da juventude no interior do país, especialmente nos locais onde há menor acesso a equipamentos culturais. Tem como meta proporcionar novas experiências artísticas e incentivar a produção local da juventude. A caravana será composta por equipe de artistas, produtores e formadores que vão realizar esse processo articulados com movimentos sociais. Se deslocará através de ônibus, barcos e caminhões que garantam a infraestrutura dos palcos e oficinas. É uma iniciativa que dialoga com a necessidade de difusão de uma cultura democrática. Atrelado ao Vida Digna para a Juventude



A JUVENTUDE QUER UM BRASIL COM DIREITO DE SER JOVEM



Recorte do **Bolsa Família para núcleos familiares chefiados por jovens;**

Ampliação dos Restaurantes Populares e da inclusão de jovens inscritos no CAD simples como beneficiários;

Nacionalização de uma **política de alimentação nas universidades brasileiras** que garanta um “teto” para cobrança da refeição de estudantes inscritos em política de assistência estudantil;

Retomada do **Ministério das Cidades e dos espaços de participação popular** como os Conselhos e Conferências Populares, com representações da juventude;

Defesa da **aplicação das Leis 10.639/11.645** relativas à obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena;

A JUVENTUDE QUER UM BRASIL COM O DIREITO DE MORAR DIGNAMENTE



Retomada da Lei 5207/09 de Manuela D'ávila (PCdoB) que institui o **Fundo de Habitação para a Juventude** - reservando pelo menos 15% dos recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) para a população jovem - entre 18 e 29 anos.

Fim do programa “Casa Verde e Amarela” e retomada do programa **“Minha Casa Minha Vida” (MCMV)**, com inversão do subsídio para priorizar a modalidade Entidades; Dentro do programa MCMV, estabelecer diretrizes de priorização de jovens entre 18 e 29 anos que estão em situação de vulnerabilidade social (expulsos de casa, em reabilitação ou casas de apoio etc)

Criação de um programa nacional de **Moradias Públicas Estudantis** - em articulação às universidades públicas - que **reutilizem imóveis ociosos** do espaço urbano como forma de atender à demanda de moradia digna, com espaços de arte, esporte e lazer;

Programa de incentivo à **re-estatização de serviços públicos essenciais**: água, energia e esgotamento sanitário;

Ampliar a **“taxa social” de serviços públicos essenciais à população jovem** vulnerável;

Desenvolver políticas voltadas à pauta da adaptação às **mudanças climáticas** no meio urbano desde a ampliação dos **Fundos Emergenciais** à investimento na reformulação e aplicação dos **Planos Diretores**.

Consolidar e efetivar a **Política Nacional de Mobilidade Urbana**, tendo sob a responsabilidade da União a proposição e coordenação de discussões e debates com a população jovem, bem como a fiscalização de ações locais;

Priorizar a implementação de trens, metrôs e ciclovias em todas as grandes cidades do país, tornando-se esse um compromisso de governos municipais, estaduais e federal;

Ampliar os investimentos e o incentivo ao uso de **transportes não poluentes**, principalmente nas grandes cidades;



A JUVENTUDE QUER UM BRASIL COM PARTICIPAÇÃO POPULAR



Reorganização do Conselho Nacional de Juventude: a política de participação social deverá ser reformulada de modo a garantir vínculos mais diretos de participação da juventude, em especial com a conformação conselhos de juventude nos territórios Vida Digna. Nesse sentido, é necessário a reconstrução da Secretaria Nacional da Juventude com destinação de recurso próprio com base no Fundo Nacional de Juventude.

Cadeiras para jovens (até 29 anos) **em outros conselhos como Saúde, Educação** garantindo a representatividade do segmento.

Intercâmbio Internacional: o governo deverá estimular a construção de redes internacionais de organizações de juventude, na perspectiva de fortalecer processo de intercâmbio de experiências de políticas públicas de juventude.

Participação direta: Realizar uma grande consulta / pesquisa nacional "o que a juventude quer?" com o objetivo de estimular o jovem na construção de políticas públicas a nível local e nacional. Esse processo deve estar atrelado ao Conselho Nacional de Juventude.

A JUVENTUDE QUER UM BRASIL PARA OS TRABALHADORES

Revogação da Reforma

Trabalhista e Previdenciária:

Compreendendo que ambas são barreiras para o estímulo ao trabalho decente da juventude e foram aprovadas de forma ilegítima.

Primeiro Emprego: Voltado para os jovens recém-formados no Ensino Médio e no Ensino Técnico, busca criar cotas de contratação de jovens sem experiência profissional nas empresas públicas e privadas. Esse programa deve estimular e contribuir com a inserção profissional da juventude, e ter medidas que contribuam com o acesso e à permanência no Ensino Superior e técnico relacionando o primeiro emprego com a sua área de formação. Também é necessário que o programa esteja vinculado ao processo de reconstrução nacional, investindo na criação e contratação de jovens em postos de trabalho estratégicos ao projeto de reconstrução nacional, considerando os contratos de aprendizagem;





Política de Combate ao trabalho infantil e à exploração do trabalho juvenil: Avançar na vigilância e fiscalização contra o Trabalho Infantil, assegurando o que está previsto no ECA. Além disso, com a crescente crise econômica, aumento do desemprego e com a nova reforma trabalhista, observamos que a juventude está cada vez mais explorada nos postos de trabalho. O Projeto Vida Vigna para Juventude, visa combater essa realidade, porém é necessário avançar com mediadas e campanhas que promovam a expansão e maior proteção trabalhista em relação ao emprego juvenil, visando proteger o jovem da exploração do trabalho e garantido a conciliação com os estudos, nesse sentido deve ocorrer a integração das políticas de trabalho com políticas de combate à discriminação (raça, gênero, sexualidade, território) e promoção dos direitos da juventude, conforme Estatuto da Juventude;

A JUVENTUDE QUER UM BRASIL COM O MEIO AMBIENTE PARA OS BRASILEIROS

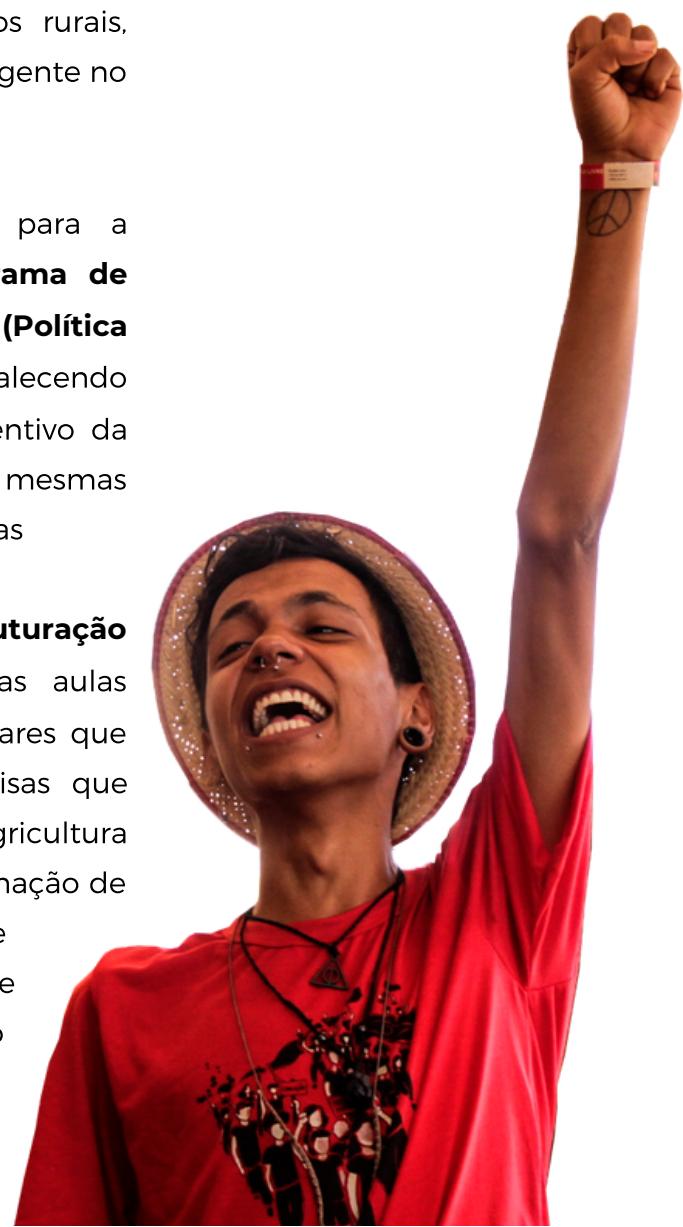
Retomada do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)

que cumpria um papel de priorizar o fortalecimento da agricultura familiar, com elaboração de políticas públicas e acompanhamento do desenvolvimento das experiências existentes nesse setor que é responsável por 70% da alimentação da população brasileira.

Destinação de terras para a criação de assentamentos rurais, realizando uma **Reforma Agrária Popular** necessária e urgente no Brasil;

Maior investimento nas políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e orgânica como **PRONAF (Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar)** e **PNAPO (Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica)**. Fortalecendo políticas públicas e a destinação de recursos para incentivo da produção agroecológica, aumentando a abrangência das mesmas. E realizar uma desburocratização do acesso a essas políticas

Ampliar o **investimento em transporte escolar e a estruturação das escolas do campo** para possibilitar retorno das aulas presenciais para os filhos e filhas dos agricultores familiares que ainda estão no ensino remoto; Incentivo para pesquisas que contribuam no processo de criação de inovações para a agricultura com foco na agroecologia. Elaboração de projetos e destinação de recursos que visem a criação de grupos de teatro, música e dança nas comunidades camponesas numa perspectiva de gerar reflexão e proporcionar atividades de lazer e diversão para a juventude





Alimento saudável e de qualidade: Fortalecimento e investimento nas políticas de aquisição de alimentos da agricultura familiar como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar);

Fortalecimento e incentivo do debate de **alimentação saudável nas universidades**, principalmente nos cursos das áreas de saúde e agrárias. Criação de um programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar para os restaurantes universitários (RU)

Subsídios para baratear os custos de produção agroecológica a fim de reduzir os preços de venda para a população e incentivar a transição agroecológica. E desenvolver políticas públicas que fomentem a preservação do meio ambiente e a construção de hortas urbanas nas periferias brasileiras.

A questão ambiental, não pode ser restrita ao cuidado com as áreas rurais. As grandes cidades devem ter uma preocupação sobre como afetam e interferem no meio ambiente, e como esse impacto ocorre de forma desigual para a população. Os impactos dos desastres ambientais chegam antes para os moradores de periferias, a grande maioria de pessoas negras. Todo ano as enchentes pioram e os governos não são efetivos em responder e evitar essas tragédias anunciadas. Nesse sentido, propomos a formulação de um grande **Pacto Nacional das Cidades na defesa do Meio Ambiente** com ações de conscientização, de garantia de espaços de acesso e cuidado com a natureza nos grandes centros urbanos, no correto tratamento e escoamento das águas e também com o estudo e ações efetivas de precaução e respostas rápidas aos desastres ambientais nas áreas urbanas

Criação de Projetos e Programas que visem a **superação do agronegócio** e possibilitem a implementação de novas perspectiva para a produção de alimentos saudáveis, livres de agrotóxicos e pesticidas que causam doenças e diversos problemas de saúde, além da destruição e contaminação da natureza;

Fortalecimento e investimento na **Política Nacional de Educação Ambiental** como forma de fomentar o debate em defesa do meio ambiente nas instituições educacionais e nos órgãos públicos; Além disso promover atividades com a sociedade civil que contribua na conscientização ambiental, com a realização de Campanhas governamentais de conscientização ambiental.

AGRO é tech.
TÓXICO

A JUVENTUDE QUER UM BRASIL PARA OS POVOS TRADICIONAIS E QUE DEFENDA SUAS FLORESTAS



Fortalecimento das políticas públicas que foram desmontadas nos governos Temer e Bolsonaro, ampliando os recursos destinados para a **valorização da cultura e preservação dos modos de vida dos povos tradicionais do campo, das florestas e das águas**. Realizando um processo com ampla participação dos envolvidos na formulação e implementação de políticas públicas voltadas aos povos tradicionais.

Fortalecer as estratégias de fiscalização e denúncia de atividades de garimpagem, grilagem e desmatamento nos territórios tradicionais que foram desmontadas nos últimos anos. Investir em políticas de enfrentamento e combate ao garimpo e a extração ilegal de madeira, além de punição severa para os crimes relacionados com essas atividades;

Realização de **estudos e pesquisas a respeito dos problemas diretamente relacionados com os impactos do garimpo e da mineração ilegais** para a saúde humana, levando em consideração a contaminação por mercúrio e a poluição das águas e dos solos dentro das Terras Indígenas;

Fomentar a participação de jovens indígenas, ciganos, ribeirinhos, migrantes, universitários, quilombolas, agricultores, das periferias das cidades em espaços de incidência pública e de relevância política;

Garantir o reconhecimento e a inclusão nos editais de concursos públicos dos **Cursos de Licenciatura em Educação do Campo, das Licenciaturas Interculturais Indígenas e das Licenciaturas Interdisciplinares em Estudos Africanos e Afro-brasileiros**

Efetivação das políticas de Educação do Campo e Indígena nas escolas, além de medidas que impeçam o fechamento de mais escolas do campo na Amazônia;

Interiorização das universidades públicas para atender as necessidades dos jovens camponeses e indígenas permitindo que a juventude tenha acesso a educação de qualidade sem precisar sair dos seus territórios;



A JUVENTUDE QUER UM BRASIL COM EDUCAÇÃO PARA OS BRASILEIROS

© Mateus França @francateus



Ensino Básico: Construir meios de reduzir e acabar com analfabetismo no Brasil através de um a amplo programa nacional de alfabetização de jovens e adultos; Redução da evasão escolar através de políticas de permanência estudantil e reconstrução dos programas sociais de combate à fome, desemprego, mobilidade e segurança; Interdição imediata do processo de militarização das escolas e criar meios de implementar uma pedagogia baseada na educação popular; Defendemos que o uso do fundo nacional de desenvolvimento da educação básica (FUNDEB) seja para a valorização dos profissionais da educação e a garantia da qualidade de ensino e aprendizagem; Valorização da modalidade de ensino de educação de jovens e adultos como ferramenta de inclusão social; Nova reforma do ensino médio para garantir a Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB) e o direito constitucional à Educação; Prioridade de destinação de recursos da educação para o sistema público; Ampliação do ensino integral para crianças e jovens; Implementação de um ensino inclusivo, com base na Lei Brasileira de Inclusão; Contra a institucionalização do homeschooling, valorização das escolas como um processo de inclusão e socialização de nossas crianças e adolescentes; Prioridade de vagas em creches para filhos de jovens mães.



Educação Superior: Defesa da Universidade pública, gratuita e de qualidade, portanto, é preciso ampliar os investimentos do estado no ensino superior. Somos contrários à cobrança de mensalidade em Universidades Públicas. Lutar pelo fim da EC 95 e pela recomposição orçamentária da Educação como forma de viabilizar as metas estipuladas pelo Plano Nacional de Educação (PNE); Tornar lei o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) para garantia do acesso e permanência nas Universidades públicas; Em defesa da política de cotas raciais e sociais como uma ferramenta de democratização da Universidade brasileira e de reparação histórica. Pela sua manutenção permanente combinada com sua ampliação; Pelo perdão da dívida do FIES; Pela regulamentação do aumento das mensalidades nas Universidades privadas e contra as taxas abusivas; Defesa da autonomia universitária, liberdade de cátedra e valorização dos profissionais da educação; Por democracia interna nas universidades reivindicamos o fim da lista tríplice e paridade na gestão; Pela aplicação de 10% do PIB para a educação; Universalização do acesso a aparelho digitais e tecnologias da informação para estudantes de todos os seguimentos; Ampliação do número de vagas nas IEs públicas e continuidade do processo de interiorização das universidades e IFs; Defesa do tripé-universitário: ensino, pesquisa e extensão; Defesa de grades curriculares e projetos político-pedagógicos mais representativos, antirracistas, feministas e socialmente comprometidos; Defesa de mais investimento financeiro para o fortalecimento das universidades estaduais; Defesa da carteirinha estudantil das entidades e da lei da meia entrada para ampliação do acesso à cultura pelos estudantes; Manutenção e ampliação de bolsas de pesquisa a partir da CAPES, CNPq, PIBIC e PIBID; Cursos Preparatórios para o ENEM: o governo deve estimular a manutenção e a expansão Cursinhos preparatórios para o ENEM; Retomada do Programa Ciências sem fronteiras, estimulando intercâmbios com universidades da América Latina, África e Ásia; Fortalecer os programas de incentivo à docência; Instaurar uma política nacional de cotas nas pós-graduações das Universidades Públicas; Contra a institucionalização do ensino remoto e em defesa das condições necessárias para um ensino presencial de qualidade.

Educação no campo: Pelo fim do fechamento das escolas no campo e pela expansão do sistema educacional desde a infância ao nível superior garantida; Pela retomada do programa nacional de educação da reforma agrária (PRONERA) em parceria com as Universidades públicas; Garantir a manutenção e ampliação dos programas educacionais voltados para os povos tradicionais, indígenas, quilombolas, do campo, das águas e das florestas.

Educação com Ciência e Democracia: É preciso eliminar propostas em tramitação que pregam a limitação ao conteúdo político da Educação, como “Escola sem partido” e a proibição do debate de gênero nos currículos. É preciso que os currículos escolares e universitários incorporem um ensino voltado para o respeito aos direitos humanos e para a compreensão dos problemas históricos do povo brasileiro. As escolas públicas e universidades devem se voltar para o intercâmbio social e cultural com a comunidade do entorno.



A JUVENTUDE QUER UM BRASIL COM FINANCIAMENTO



Por fim, apresentamos aqui algumas propostas de fontes de financiamento para estas políticas. Entendemos a necessidade de garantir o cumprimento da meta 20 do Plano Nacional de Educação, que estabelece os 10% do PIB para a Educação até o ano de 2024, bem como o aumento progressivo dos recursos para a Cultura visando alcançar a meta 1% do orçamento da União.

- a) Destinar 50% dos Royalties do Pré-sal para Saúde e Educação.
- b) Implementação do Imposto sobre Lucros e Dividendos
- c) Destinar 70% dos recursos de manutenção do Sistema S (SESI, SENAI, SESC, SENAC e SENAR), oriundos das Contribuições Sociais arrecadadas pela União, para a ampliação da oferta de ensino médio de qualidade.

ANOTE AQUI:

derrotar bolsonaro

nas ruas

(nas

redes



nas urnas

LULA

presidente





ACESSE



LEVANTE.ORG.BR

